

# Funcionários judiciais nos Açores voltam a reivindicar melhores condições

Uma dezena de funcionários cumpriu ontem uma hora e meia de greve e ficou a promessa de novas formas de luta a partir de setembro

**NUNO MARTINS NEVES**  
nunomartinsneves@acorianorienteal.pt

“Justiça para quem nela trabalha!” é uma frase antiga dos funcionários judiciais que ontem voltou a ser levantada na escadaria do Tribunal Judicial de Ponta Delgada. Perto de uma dezena de trabalhadores cumpriram a greve fragmentada em horas e pulverizada por secções, sem serviços mínimos, iniciada a 29 de maio e que durará até 14 de julho, véspera das férias judiciais.

Entre as reivindicações estão, entre outros, a inclusão do suplemento de recuperação processual no vencimento a 14 meses, uma reivindicação com mais de duas décadas, a atualização da tabela salarial.

O protesto teve lugar um dia após a Ministra da Justiça, Catarina Sarmiento e Castro, ter anunciado a promoção de 561 oficiais de justiça, no cumpri-

mento de uma decisão judicial transitada em sentença, o que para Maria Justina Neto, secretária regional executiva dos Açores do Sindicato dos Funcionários Judiciais (SFJ), não resolve o problema.

“A promoção de 561 oficiais de justiça aprovada pelo Governo resolve uma parte do problema, mas não põe um ponto final na greve”, assinalou, adiantando que a 14 de julho irá haver uma assembleia geral extraordinária onde serão discutidas novas formas de luta a partir de setembro.

Na Comarca dos Açores, há 170 funcionários judiciais, sendo que o quadro total são de 204. Um diferencial que teima em ser anulado e que Maria Justina Neto diz que, “enquanto não atualizarem a nossa tabela salarial, o interesse em vir trabalhar para os tribunais também será pouco. Neste mo-



NUNO MARTINS NEVES/AO

**Funcionários judiciais manifestaram o seu descontentamento à porta do Tribunal de Ponta Delgada**

mento uma assistente operacional quando entra para os tribunais ganha mais do que um oficial de justiça”.

Sentimento partilhado por António Salgueiro, escrivão de direito, que acusa a Ministra da Justiça de “esquecer e despre-

zar” a classe, por ter já admitido que as reivindicações do SFJ são justas, “mas que teima em não dar qualquer sequência”.

“Não há nenhum licenciado que venha trabalhar para uma empresa a ganhar 854,30 euros por mês que é quanto se ga-

nha na categoria de ingresso nos tribunais”.

Os funcionários judiciais estão em protesto desde o início do ano, o que terá provocado o adiamento de mais de 400 diligências, na Comarca dos Açores, segundo apurou o Açoriano Oriental. \*